

A AGB, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A GEOGRAFIA: UPEGE, AGB E MOVIMENTO ESTUDANTIL NO FINAL DA DÉCADA DE 70

AGB, SOCIAL MOVEMENTS AND GEOGRAPHY: UPEGE, AGB AND STUDENTS MOVEMENT IN THE END OF THE DECADE OF 70

*Diamantino Alves Correia Pereira**

Resumo: Este artigo baseou-se em acontecimentos que transcorreram em meados da década de 70 envolvendo os atores citados no título. O relato dos fatos ocorridos objetivou, além da ampliação do conhecimento desse processo, uma reflexão a respeito da realidade em que estavam inseridos que acabou proporcionando o ambiente para o encaideamento de fatos e suas conseqüências.

Abstract: This article was based on events that had occurred in middle of the decade of 70 involving the actors cited in the heading. The story of the occurred facts objectified, beyond the magnifying of the knowledge of this process, a reflection regarding the reality where they were inserted that it finished providing to the environment for the chaining of facts and its consequences.

Muitas das estruturas e concepções que animam o movimento da Geografia e de suas entidades foram construídas e formuladas em meados da década de 70, período de intensa atividade dos movimentos sociais.

Estes vinhas ascendentes, reconstruindo suas entidades que tinham sido reprimidas durante o período mais duro da ditadura, e essa estruturação vinha passando por uma escala que se ampliava a cada momento. Assim, fizemos na USP a abertura efetiva dos Centros Acadêmicos e estes se tornaram pólos importantes da luta democrática. Em um

* Professor da EACH-USP. diamantino@usp.br

processo crescente, organizamos o Diretório Central dos Estudantes, a União Estadual dos Estudantes de São Paulo e em seguida chegou a vez da UNE.

Ao mesmo tempo, o movimento operário começava a se manifestar de forma independente, rompendo o silêncio imposto pela repressão e também pelo peleguismo que tinha se apossado das organizações sindicais.

A luta do movimento estudantil era centrada num combate direto e frontal contra a ditadura, pela conquista das liberdades democráticas, e buscava viabilizar projetos mais audaciosos de construção do socialismo através de diversas tendências que nele militavam.

Que a luta democrática e política era uma centralidade ninguém se atrevia a negar. Porém o que os estudantes da Geografia da USP que militavam no Centro Acadêmico da época perceberam era que essa luta fazia com que grande parte das lideranças mais militantes praticamente deixasse de ser estudante, apareciam muito pouco nas salas de aula e quando o faziam não tinham a mínima idéia do que ali era desenvolvido, utilizando-se de expedientes para conseguir as notas e serem aprovados nas disciplinas.

O efeito colateral desse tipo de militância era que eles deixavam de ser reconhecidos como pares pelos estudantes e a sua representatividade passava a ser cada vez mais questionada, desgastando assim a luta política que era o objetivo central.

Refletindo sobre isso e tomando como referência a representatividade das lideranças operárias independentes, consideramos que, para que a luta política pudesse ser encaminhada com eficiência, os militantes deveriam ser reconhecidos como colegas que enfrentavam os mesmos problemas do dia-a-dia e, portanto, apresentavam consciência de sua existência, além de serem elementos de convivência do grupo.

No caso dos estudantes, e particularmente no nosso caso de estudantes de Geografia, essa perspectiva colocava-se no sentido de que seria importante que, ao mesmo tempo em que encaminhávamos a luta política, estivéssemos presentes nas salas de aula e nele fôssemos se não os melhores, pelo menos bons estudantes e nos envolvéssemos com as discussões de cada disciplina, mesmo que fosse para questionar práticas pedagógicas ou enfoques de conteúdos de que discordávamos. Mas quando esse questionamento passou a acontecer ele tinha um novo con-

teúdo, pois era gerado na inserção dos estudantes enquanto estudantes propriamente ditos.

Passamos então a estudar, discutir e militar em torno da Geografia e os nossos professores passaram a ter uma vida mais agitada na sala de aula em função desse nosso novo comportamento.

É importante destacar que essa nova estratégia de luta política não teve origem em orientações partidárias ou organizações de luta contra a ditadura, mas foi forjada na prática de nossa militância estudantil. A nossa nova postura exigia a presença constante junto ao conjunto dos estudantes e quando isso entrava em choque com as prioridades da luta partidária, então o conflito acontecia necessariamente, principalmente porque a democracia não era uma palavra muito bem vista nesse tipo de relações.

Claro, quando a estratégia que colocamos em prática apresentou seus resultados em relação à nossa penetração no conjunto dos estudantes e à aglutinação de militantes junto à linha política que defendíamos, isso foi aceito de bom grado. Mas a prioridade era lutar contra a ditadura e pelo socialismo, e o agente dessas transformações deveria ser o movimento operário. Nós estávamos para abrir o caminho para a derrubada da ditadura e dotar o movimento operário de coerência política e ideológica (a pretensão era incomensurável). Gastar o nosso tempo com aspectos específicos das práticas do movimento estudantil não era lá considerado uma prioridade.

Mas o que a militância política nos ensinou foi que não deveríamos abrir mão da luta pelas idéias nas quais acreditávamos. Para nós, a inserção nas lutas específicas dos estudantes de Geografia e na própria Geografia como ciência e prática pedagógica era sim uma luta política fundamental inseparável da luta democrática mais ampla e não considerávamos uma volta à abordagem dualista comum no movimento.

ORGANIZAÇÃO ESTADUAL: A UPEGE

Na medida em que eram reconstruídas as organizações mais gerais do movimento estudantil, considerávamos que talvez pudéssemos ampliar a nossa escala de atuação mesmo inseridos em nosso campo de atuação específico. Tínhamos a informação de que existia há tempos uma organização estadual dos estudantes de Geografia que não tinha nos interessado anteriormente porque afinal só discutia Geografia.

Quando começamos a procurar por essa entidade, chegou às nossas mãos um convite para participarmos de um congresso da Upege que seria realizado na Unesp de Presidente Prudente, organizado por alguns professores vinculados à AGB, dos quais destaco a Beatriz Maria Soares Pontes e Armen Mamigonian. Tinham achado a Upege e o congresso significava que ela estaria de volta à sua prática como entidade. Que direcionamento ela adotaria, bem, isso era uma coisa para decidirmos no próprio congresso.

O que importava em termos de estratégia política era que um grupo de professores mais progressistas da Unesp de Presidente Prudente vinculados à AGB tinha sentido a necessidade de atrair os estudantes para as discussões que se colocavam para a Geografia, para a AGB e para a sociedade como um todo. Importância fundamental no processo, por exemplo, de discussão dos novos estatutos da AGB que teve um de seus pré-projetos oriundos justamente de Presidente Prudente.

Durante o congresso soubemos que a Upege estava há alguns anos sem exercer nenhuma atividade e a sua tradição, assim como a da AGB antigamente, era a de vincular a realização de suas reuniões com o estudo dos lugares onde estas se realizavam, buscando quase sempre uma aproximação com os governos locais. Estava claro que o nosso objetivo era muito diferente.

Como já tínhamos um objetivo bem definido em relação à nossa estratégia política envolvendo a Geografia e considerávamos que a Upege nos proporcionaria uma dimensão maior para a nossa prática, fomos para o congresso decididos a nos incorporar à entidade. Ao final, conseguimos tudo o que queríamos e voltamos para São Paulo com os principais cargos da entidade e com a tarefa de colocá-la em funcionamento.

Paralelamente a esse movimento, a AGB-SP também começava um caminho de renovação e logo se deu a aproximação entre o CA da USP, a Upege e a AGB-SP no sentido de ampliação da participação estudantil na entidade e também de promoção de atividades conjuntas e de extensão de facilidades como, por exemplo, o contato com professores e geógrafos de outros Estados.

Um dos empreendimentos que alcançou grande sucesso em termos de participação estudantil foram os cursos de férias que passamos a promover em janeiro e em julho e que se tratavam, na verdade de semanas de debates e mesas redondas a respeito dos temas mais con-

tudentes da Geografia e de sua renovação. Note-se, por exemplo, que a primeira vez em que Milton Santos fez uma palestra na USP depois que voltou do exílio foi por intermédio dessa organização estudantil que trouxe outros geógrafos não menos importantes, como Ruy Moreira, Carlos Walter Porto Gonçalves. Com esses nomes e muitos outros a discussão da Geografia entrava em um processo de intensa agitação e todos esses debates nos municavam em relação à nossa atuação em sala de aula, pois o que queríamos era uma Geografia atinada com a realidade em que vivíamos e não alienada da realidade.

Essa prática de cursos de férias e congressos da AGB propiciou a aglutinação estudantil sobretudo de Presidente Prudente e também de Rio Claro, além de outros cursos de geografia de São Paulo. Na esteira desse processo de reorganização do movimento estudantil a que já nos referimos, conseguimos nos articular para a realização do 1º Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia em Goiânia e que tinha como palavra de ordem principal a não participação das grandes estrelas oficiais da Geografia brasileira. Em outras palavras, considerávamos que poderíamos empreender um congresso sem a necessidade de pessoas famosas para atrair o público e que em plenárias e grupos conseguiríamos aprofundar as discussões que nos interessavam. As nossas perspectivas foram mais do que superadas e conseguimos realizar um encontro nacional com presença significativa de estudantes de várias partes do país, consolidando relações que viriam a se tornar importantes para o desenrolar do movimento.

FORTALEZA 1978, SÃO PAULO 1979

O encontro da AGB de Fortaleza em 1978 foi um momento importante para a transformação da AGB e para a participação dos estudantes na decisão sobre os rumos da entidade. Em pauta estava a modificação de seus estatutos cujo aspecto principal era o controle da admissão de novos associados e o direito a voto nas decisões da entidade. Segundo as regras vigentes até então, para se associar à AGB era necessário ser formado, e a admissão na entidade só poderia ser feita mediante aprovação em assembléia, necessitando da indicação de algum membro efetivo. O direito a voto era restrito a esses membros, embora se admitisse a participação de não formados e não admitidos nas atividades gerais da entidade.

Com essa estrutura de funcionamento, é claro que havia um controle bem estabelecido em relação às decisões tomadas pela entidade que eram concentradas nas mãos de poucas pessoas. Esse aspecto contrastava com a participação crescente dos associados não efetivos nos trabalhos da entidade e também com o clima de conquista de liberdades e ampliação da democracia que os movimentos sociais vinham conseguindo através de suas lutas e mobilizações. A Geografia não ficaria de fora desse processo.

No encontro de Fortaleza conseguimos a aprovação de uma assembléia para a mudança dos estatutos a ser realizada no ano seguinte na USP. Em função disso, a Upege marcou seu congresso para os dias que antecediam essa assembléia, colocando em discussão temas da Geografia em sua relação com a sociedade e, evidentemente, o desenrolar da reunião de reforma dos estatutos da AGB. Além de divulgar esse evento entre os estudantes do Estado, estendemos o convite para os estudantes de outros Estados, sendo importante a participação de delegações de Niterói, Salvador e Porto Alegre, entre outras que se concentraram naqueles dias decisivos para transformação da AGB em aspectos que em grande parte seriam mantidos até os dias atuais.

Na assembléia de alteração dos estatutos da AGB tivemos uma mostra do impasse a ser superado: os estudantes tinham presença maciça, mas, juntamente com os associados não efetivos não tinham poder de voto conforme o estatuto ainda em vigor. Os que dispunham do poder de voto não estavam muito inclinados a abrir a entidade para a participação mais ampliada, principalmente por parte dos estudantes e eram eles que decidiriam sobre isso.

Como os estudantes tinham aprofundado suas discussões nos dias anteriores e chagado a um consenso sobre as prioridades a serem defendidas, tivemos a possibilidade de nos posicionar de forma muito incisiva e até mesmo inflexível em alguns momentos.

Para começar exigimos a participação de um representante dos estudantes na mesa dirigente da assembléia, o que foi contestado pela direção da entidade já que enquanto estudantes não éramos membros efetivos da entidade. Como não abríamos mão dessa participação, após intensas negociações e considerações um representante dos estudantes foi aceito na mesa.

A questão que se colocou a seguir foi sobre o processo de votação e após grande polêmica ficou decidido que o plenário inteiro votaria cada um dos itens a ser considerado e que em seguida votariam os membros efetivos, pois somente esses detinham o poder estatutário para exercer esse poder. Apesar de não haver nenhuma garantia de que os efetivos seguiriam o voto da plenária, tal fato se concretizou, pois a pressão exercida pela plenária era esmagadora e os motivos e argumentos apontavam sempre para a ampliação da entidade e de participação na sua dinâmica.

Ao final tínhamos uma AGB aberta para os geógrafos, licenciados, estudantes e até mesmo para os que simplesmente se interessavam pela Geografia.

O efeito colateral dessa abertura democrática foi que a diretoria da entidade se demitiu e tivemos que eleger uma diretoria tampão com a tarefa de consolidar a abertura e efetivar o Encontro Nacional de Geógrafos de 1980 na PUC-RJ, esvaziado dos geógrafos que até então dominavam todo esse processo, numa clara estratégia de boicote.

Para o sucesso dessa empreitada e para a consolidação dessa abertura foi fundamental a proposta de estruturação da direção nacional da entidade através do processo de "Gestão Coletiva" onde as decisões passaram a ser tomadas com a participação das Seções Locais além da Diretoria Nacional. Esse processo, apesar de trabalhoso, desgastante e demorado, além de oneroso, pois grande parte das vezes os deslocamentos eram custeados pelos próprios participantes, foi fundamental para o envolvimento de uma parcela significativamente maior de pessoas nas decisões e nas responsabilidades advindas dessas decisões e no meu entender foi isso que possibilitou a realização com sucesso do Encontro Nacional de Geógrafos de 1980 com pouquíssimos recursos e num quadro de boicote de geógrafos consagrados.

Instrumentalizando esse debate e discussão no interior da geografia, a Upege lançou a sua revista que significativamente ganhou o nome de Território Livre, cujo primeiro número continha artigos de Ruy Moreira, Milton Santos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Antonio Carlos Robert de Moraes, todos eles relacionados com as novas correntes do pensamento geográfico. No editorial que abre a publicação identificamos os nossos objetivos com a publicação: "Lutamos por abrir um 'Território Livre' dentro do campo minado da 'Geografia Oficial' vinculada às es-

truturas de poder, criando toda uma gama de empecilhos para a divulgação e discussão da Geografia vinculada com as questões sociais.”

Paralelamente a isso, lançamos o “Projeto Ensino” em parceria com a AGB. Para o lançamento desse projeto partimos da constatação que as novas discussões a respeito da Geografia, críticas em relação à dita Geografia tradicional de ênfase descritiva, já caminhavam celeremente no meio acadêmico, mas atingiam de forma muito precária o ensino básico e médio. Mais que isso, na verdade as discussões acadêmicas não chegavam ao ponto de produção de textos que abordassem diretamente os temas trabalhados pelos professores no ensino básico e médio. Assim, passamos a promover palestras sobre esses temas, tais como população, agricultura, fontes de energia etc., sendo que alguns desses materiais foram transcritos e editados.

Esse projeto foi objeto de comunicação no Encontro da AGB do Rio de Janeiro e além do seu conteúdo tinha também o significado de colocar em discussão nos encontros da entidade os temas relativos ao ensino de Geografia que tinham ficado durante muito tempo ausentes desse processo de discussão. A consciência a respeito dessa temática frutificou e chegou até o ponto de termos periodicamente a promoção de encontros direcionados especificamente para a discussão dessa temática.

Esses relatos sobre momentos da Upege, AGB e do movimento estudantil, mais do que informar a respeito dos fatos ocorridos, podem nos estimular a questionar os motivos de tal encadeamento de ações ter ocorrido naquele preciso momento e para não fuçarmos na evocação de tempos passados é fundamental que possamos resgatar aquilo que podemos considerar como boas práticas, sem esquecer entretanto que as condições sociais, políticas e ideológicas que animavam aquele período estão totalmente transformadas na atualidade. Isso não nos impede de traçarmos os nossos objetivos e a nossa luta, mas esta deve ser instrumentalizada com os olhos bem focados no presente, e claro, sem esquecer o passado pois ele pode nos trazer lições valiosas.